

CLIPPING IMPRESSO  
VEÍCULO - JORNAL DO BRASIL  
DATA - QUINTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 2003

## Cidadania e gestão pública

**NELSON ROCHA**

CONTADOR

A criação do Orçamento Participativo, ferramenta democrática que põe na mesa de discussão as receitas, os investimentos e as despesas do município ou Estado, ajuda a reduzir a distância entre governados e governantes. Rompe com a tradicional prática de estipular orçamento dentro de gabinetes, muitas vezes destituídos da sensibilidade necessária ou do conhecimento de causa.

Experiências de gestão participativa vêm proliferando na última década. Há, hoje, no país, mais de 200 exemplos de Orçamento Participativo. Vemos desenhar-se um cenário do qual a população emerge como protagonista. Na vanguarda está o modelo de Porto Alegre, implantado em 1988, quando a coligação de partidos de esquerda, liderados pelo Partido dos Trabalhadores, assumiu a prefeitura, tendo empenhado o compromisso de garantir ativa participação popular. O ponto de partida foi a realização de encontros com lideranças comunitárias. Depois, procedeu-se à regionalização da cidade (dividida em 16 regiões). Para uniformizar a

prática em todo o Estado, o governo do Rio Grande do Sul estendeu a experiência a todos os seus 497 municípios.

O exemplo da capital gaúcha evidencia que há meios e condições de construir, de forma eficaz e permanente, o exercício de cidadania na gestão dos recursos públicos. Através do Orçamento Participativo, a população tem a oportunidade de hierarquizar suas necessidades, ordenar as urgências das ações em saneamento, habitação, saúde, educação, transporte, pavimentação, iluminação pública, esporte e lazer. As melhorias alcançadas depois do advento da nova ferramenta de gestão são numerosas. Há embutida nessa iniciativa uma vantagem a mais, de extrema significância: por intermédio da fiscalização da sociedade e da informação transparente sobre o destino do dinheiro público, o Orçamento Participativo representa eficiente instrumento de combate ao clientelismo e à corrupção.

Não à toa, a prática da participação popular na elaboração de orçamentos no Brasil, principalmente em função do sucesso de Porto Alegre, que perdura há mais de uma década, desperta o interesse de organismos

internacionais. Tem reconhecimento do Banco Mundial e lugar na pauta da Organização das Nações Unidas. Tornou-se referência, modelo de exportação.

Capitais de grandes Estados brasileiros – Belo Horizonte e São Paulo são exemplos – vêm adotando a prática do Orçamento Participativo, assim como municípios de menor porte, como Paracambi, Volta Redonda e Resende, no Estado do Rio de Janeiro, Ipatinga, em Minas Gerais, e Camaragibe, em Pernambuco.

É fundamental que a sociedade civil organizada possa compreender a importância desse novo paradigma nas relações entre o poder público e a população. Os profissionais de contabilidade, como responsáveis técnicos, tanto na elaboração, quanto na execução dos orçamentos públicos, já se colocam à disposição para servirem de instrumento na disseminação da cultura do Orçamento Participativo, orientando nas comunidades as bases para a efetiva participação, em uma linguagem compreensível para a população. Os contabilistas têm todas as condições para se transformarem em “tradutores” do orçamento. Eles representam a categoria profissional mais adequada a servir de elo entre a

sociedade e governo para que o entendimento seja mais fácil aos cidadãos interessados em participar na elaboração do orçamento de seus municípios.

Outro aspecto relevante é o caráter pedagógico, o exercício do interesse comunitário. Uma boa iniciativa seria o ensino do Orçamento Participativo nas escolas, como parte de uma disciplina sobre cidadania. Formam-se, assim, cidadãos mais preparados e conscientes de seus direitos e deveres. Grandes são as expectativas de que o Orçamento Participativo se dissemine cada dia mais em nosso país. O fato de a União ser administrada, hoje, por um dos defensores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da participação da sociedade no orçamento público deverá ser uma oportunidade como nunca houve no Brasil de enorme incentivo a essa prática. Ter o governo federal apoiando e fortalecendo a prática do Orçamento Participativo pode ser o detalhe que faltava para que a sociedade se posicione a favor dele, cobrando do poder público local a sua implantação nos municípios brasileiros.

*Nelson Rocha é presidente do Conselho Regional de Contabilidade*